

# A VARIAÇÃO ORTOGRÁFICA NOS DICIONÁRIOS

## 1 A variação ortográfica e a Terminologia

A Norma Internacional - ISO 1087 - de 1990, traz em seu vocabulário, dentro de uma organização de itens e subitens, a definição de variante como “cada uma das formas existentes de um termo”, destacando, em nota, uma classificação dessas variantes em ortográficas, morfológicas e sintáticas, com remissão ao conceito de termo, enquanto designação, ou representação de uma noção, por meio de uma unidade lingüística, definida numa língua de especialidade. Dentro dessa perspectiva, dois conceitos básicos destacam-se: 1. a monossímia, ou seja, a relação biunívoca entre designação e noção, pela qual uma designação representa uma e tão somente uma noção; 2. a mononímia, ou seja, a relação entre designação e noção, pela qual a noção tem apenas uma única designação (1990: 5-6).

Vale observar já, aqui, a própria designação das noções da Semântica e da Terminologia. Trata-se do termo ‘monossímia’ que, de acordo com BARBOSA (1996: 37), em face da noção que representa, deve ser substituído por ‘monossímia’, se se levar em conta o universo de discurso específico do vocábulo-ocorrência.

A questão da designação, porém, é anterior a toda essa discussão e remonta à própria relação homem-realidade, ou ainda, ser racional, linguagem e dizer, ou representar, lingüisticamente, a realidade. Ela retroage, pois, à própria origem da linguagem que, para Platão, é o instrumento mais adequado para distinguir, designar, a realidade (1961: 56).

Mais do que a história da linguagem, importa aqui a história da escrita, especialmente da escrita alfabética, cujo princípio foi descoberto pelos gregos por volta de 2.000 aC., consistindo de uma representação abstrata da língua, com duas virtudes básicas: a) do mesmo modo que na língua oral utiliza-se um número limitado de sons (fonemas), a escrita apresenta-se organizada em um número limitado de figuras (os grafemas); b) como se sabe, o fato de uma língua estar “morta” não elimina sua forma escrita ou, por outra, o número de línguas ágrafas é bem maior do que o das que têm a forma escrita; isso aponta a autonomia de uma forma em relação à outra, conforme ressalta BAJARD (1994: 15-29). Um bom exemplo desse fato é a língua sânscrita, da qual somente se tem referência na forma escrita. Desse modo, uma vez descoberto o

princípio da escrita alfabética, a língua escrita apresenta-se, a exemplo da oral, com dupla articulação e, além disso, propicia a comunicação, na ausência ou no distanciamento do interlocutor, no tempo e no espaço, permitindo, ainda, o vaivém entre a escrita e o oral, de acordo com esse mesmo autor.

Na base, em princípio, a maior simplificação da escrita alfabética deve ser dada pela biunivocidade entre os fonemas e as letras: quanto mais integrada for essa correspondência, maior a simplicidade do sistema, como bem demonstram CASTRO et al. (1987: 58). Acontece que inúmeros fatores terminam por impedir uma perfeita adequação entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico das línguas, tais como, as mudanças fonéticas, com repercussões na representação ortográfica, dado que, enquanto a língua oral está sujeita à variação constante, na sua atualização discursiva, a representação escrita, ou melhor ainda, a ortográfica, está sujeita à normalização oficial, cuja periodicidade não se prevê, além do que, se constantemente modificada, poderá perder seu papel de registro permanente da informação em forma oficial.

Do que até agora se expôs, tem-se que, se a escrita alfabética das línguas guardasse o princípio da biunivocidade permanentemente, estaria ela mais próxima das bases da Terminologia, no que tange às relações entre noções e designações.

De qualquer modo, a escrita alfabética em tipos gráficos proporciona a redução das variações individuais, encontradas nos manuscritos. Esse fator, ao lado da normalização oficial, proporciona a neutralização das variações, do que se tem um sistema ortográfico que contempla, em si mesmo, todas as variações, uma vez que não privilegia qualquer atualização fonética específica (CAGLIARI, 1992: 114-117).

Era de se esperar, portanto, que a escrita ortográfica garantisse uma única forma correta para cada unidade do léxico. Entretanto, não é isso que se verifica e, ao contrário, a variação ortográfica identificada em línguas de cultura como a inglesa, a francesa, a portuguesa, etc. aponta na direção de que, se na escrita da língua padrão esse já é um problema relevante, com muito mais propriedade, ele se manifesta na representação escrita das línguas de especialidade, contrariando, frontalmente, o princípio da mononímia, dado que a variação ortográfica alcança apenas o significante gráfico, determinando, assim, que uma noção seja representada por mais de uma forma de sua designação.

## 2 A variação ortográfica em algumas línguas de cultura e o tratamento lexicográfico dessa questão

Nos países de língua inglesa, a variação ortográfica não chega a criar uma preocupação mais constante. De qualquer modo, CARDOSO (1988:59) aponta vários exemplos dicionarizados, como: defence/defense, offence/offense, license/licence, traveller/traveler, marvellous/marvelous, skilful/skillful, instil/instill, colour/color, theatre/theater, judgement/judgment, mould/mold, foetal/fetal, analyse/analyze, catalogue/catalog, etc.

No que se refere à língua espanhola, não obstante a existência de variedades dialetais, historicamente, o governo espanhol sempre conduziu a questão ortográfica, de tal modo que conserva uma só ortografia, em face dos países de língua espanhola oficial. Desse modo, ainda que o procedimento não tenha sido “democrático”, o fato é que a unificação da escrita não constitui maior preocupação dos governos, haja vista que, no geral, o sistema comporta as variações.

Entre os países de língua francesa, a própria França apresenta um grande volume de pesquisas nessa área e, oficialmente, desenvolve-se um trabalho voltado tanto para as perspectivas lingüísticas e didático-pedagógicas, conforme destacam FAYOL e JAFFRÉ (1992, quanto para as retificações ortográficas, de acordo com CATACH (1995), desenvolvendo-se um esforço, entre os estudiosos do ramo, no sentido de que se faça uma harmonização ortográfica nos dicionários franceses. Para tanto, o Conseil Internationale de la Langue Française - CILF - então sob a presidência de Joseph Hanse, dirigiu um importante projeto de normalização ortográfica da língua francesa, contando com a participação dos mais renomados especialistas em Lexicografia e em Ortografia, como Alain Rey, Claude Kannas, George Matoré, Charles Muller, entre outros, do que resultou o livro intitulado *Pour l'harmonisation orthographique des dictionnaires*. Nesse trabalho, registram-se um pouco mais de 2.600 unidades lexicais que apresentam mais de uma forma ortográfica. Senão, vejam-se alguns exemplos, extraídos desse trabalho: abadir/abbadir, abatage/abattage, accon/acon, ægagre/égragre, allegro/allégro, angrois/engrois, bagou/bagout, baïram/bayram, bouller/boulier, cabillaud/cabillau, caracul/karakul, carré/quarré, carreur/careur, caleil/chaleil, daïmio/daïmyo, dissymétrie/dyssymétrie, écepper/écéper, embatre/embattre, évoé/évohé, euristique/heuristique, flegmon/phlegmon, gabare/gabarre, gesha/geisha/ghesha, harpé/herpé, herma/herm, indouisme/hindouisme, indusia/induse, jaco/jacquot/jacot, kasbah/casbah, kava/kawa, lanter/lenter, lambruche/lambrusque, maffia/mafia, mage/maje, matagot/

matégau, nanar/nanard, ogam/ogham, odographe/hodographe, pacquage/paquage, pacquer/paquer, quadrillion/quatrillion, quipu/quipou, raboin/rabouin, rollet/rôlet, etc.

## 3 A variação ortográfica nos países lusófonos

Diversamente do que ocorre na França, onde o grupo liderado por Nina Catach há vários anos dedica-se aos estudos nessa linha, tendo, inclusive, como já se registrou acima, produzido excelente material de pesquisa, em torno das reflexões sobre a normalização ortográfica nos dicionários franceses, a variação gráfica e/ou ortográfica da língua portuguesa não tem despertado muito interesse, enquanto área de pesquisa, quer no Brasil, quer em Portugal, quer nos outros países lusófonos, talvez porque as universidades têm ficado à margem das discussões e das decisões em torno dos destinos da escrita da língua portuguesa, pois credita-se à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Ciências de Lisboa a competência (jurídica e intelectual) para definir a normalização e a normatização ortográficas da língua portuguesa.

Por essa razão, resta um grande espaço de pesquisa, ainda pouco explorado, da variação ortográfica, de maneira geral e, em especial, nos dicionários. É nesse viés que o projeto “Variantes Ortográficas da Língua Portuguesa” vem sendo desenvolvido, no Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, em Rondonópolis. No momento, a investigação aborda a variação já dicionarizada, para fins de controle e de parâmetro, para detecção das variantes não dicionarizadas.

Os resultados obtidos até agora apontam na direção de que há uma variação decorrente da “facultatividade”, prevista no Acordo Ortográfico de 1990, e outra decorrente de fatores diversos, como, por exemplo, variações fonéticas, com repercussões ortográficas, o que, aliás, é de alta frequência, tanto em português como nas outras línguas acima citadas.

O fato de se registrar uma variação ortográfica não prevista no Acordo é relevante, no sentido de que essa variação poderá ultrapassar os 2%, obtidos em face dos 110.000 verbetes, base de cálculo tomada pelas duas Academias, para prever o alcance, em termos quantitativos, dos usos facultativos, impeditivos da tão sonhada unificação.

É possível afirmar-se também que a variação ortográfica da língua portuguesa, nas hipóteses não previstas, alcança notadamente as línguas de especialidade, como se verificou até o momento. Esse fato, constatado nos dicionários de língua portuguesa que vêm sendo examinados, explica a preocupação presente na Norma ISO 1087, no que se refere especificamente aos problemas advindos das dificuldades reais de normalizar, por inteiro, a ortografia dos termos, na direção de que sejam mononímicos.

## Bibliografia

- ANIS, J. (1983) *Langue Française - Le signifiant graphique*. Larousse, Paris.
- BAJARD, E. (1994) *Ler e dizer. Comunicação e compreensão do texto escrito*. Cortez Editoa, São Paulo.
- BARBOSA, M. A. (1994) “Dicionário, vocabulário, glossário: concepções”. In: *Cadernos de Terminologia*, CITRAT, FFCL-USP, São Paulo.
- CAGLIARI, L. C. (s/d) *Alfabetização & Lingüística*. Editora Scipione, São Paulo.
- CARDOSO, M. E. (1988) “Entre irmãos e cavalheiros: um saudável desacordo”. In: *A questão do Acordo Ortográfico*. Gráfica Maiadoura, Maia-Portugal.
- CASTRO, I. et al. (1987) *A demanda da ortografia portuguesa*. Comentário acerca do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu. Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- CATACH, N. *Langue Française - L'Orthographe*. Larousse, Paris.
- CST (1990) *Recommandations relatives a la Terminologie*. CSTEE0, Berne.
- DIEGO, A. F. (1995) *Terminología. Teoría y práctica*. Equinoccio Ediciones de la Universidad Simon Bolivar, Caracas-Venezuela.
- HANSE, J. (1988) *Pour l'harmonisation orthographique des dictionnaires*. COFORMA, DIXIT, Paris.
- LEHMANN, A. (1995) *Langue Française. L'exemple dans le dictionnaire de langue*. Histoire, typologie, problématique. Larousse, Paris.
- PLATON. (19641) *Oeuvres Complètes*. Cratyle. Tomo V, Societé d'Éditions Les Belles Lettres, Paris.
- SABOIA, A. M. T., MEDEIROS, D. F. R., STURM, I. N. (1998) “Para um dicionário de variantes ortográficas da língua portuguesa”. In: *Acta Semiotica et Lingvistica*, n° 8, Plêiade, São Paulo.